

ATA - TRE/PRE/CDTI

Objetivo: Reunião ordinária CDTI

Local: sala de treinamento SGP

Data: 25/04/2024

Hora de início: 14:10

Hora de término: 15:25

Participantes:

- Hardy Waldschmidt - Diretor-Geral
- Tatiana Quevedo de Souza Rodrigues - SJ
- Luciana Aguiar - STI
- Jorge Gaidarji da Costa - SGP
- Sérgio Roberto da Silva - SAF
- Andressa Abel da Silva - CJA
- Marcelo de Freitas Machado - COPEG
- Fabiana Saliba Pereira Ramalho - NTI

Assuntos Tratados

- Indicadores PDTIC (glossário)
- Plano de Ação iGovTIC-JUD 2024
- Portfólio de Projetos STI

Memória da reunião

O Diretor-Geral iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Logo após, passou a palavra para a representante do NTI, Fabiana, a fim de que fosse dado início à exposição dos assuntos da pauta.

Indicadores PDTIC (glossário)

- Fabiana iniciou a exposição informando que o novo glossário foi lançado no sistema de monitoramento do planejamento estratégico e que os 15 indicadores que compõem o glossário devem ser monitorados a cada mês ou trimestre; informou ainda que os valores coletados devem ser apresentados ao CETI e CDTI com periodicidade mensal, trimestral ou semestral
- em seguida, a servidora iniciou a exposição dos indicadores que precisavam de algum detalhamento junto ao CDTI:
 - KR 1.1 - índice de satisfação dos usuários dos serviços de TIC: por enquanto, a média de 2024 passa de 80%; esse indicador impacta no iGovTIC-JUD, por isso precisa ser acompanhado mensalmente; o índice de 2024 irá refletir no iGov de 2025; Fabiana informou ainda que o índice de 2023 ficou abaixo de 80% e isso irá causar uma diminuição de pontos

nesse quesito no iGov de 2024

- a Secretária de TI, Luciana Aguiar, observou que a diminuição do percentual em março ocorreu no período de transição contratual; até a presente data, as tratativas com a nova empresa contratada (InterOp) têm sido bastante produtivas e que a empresa atende outros regionais também
 - o Secretário de Administração e Finanças, Sérgio Roberto, comentou que a forma de avaliação do chamado poderia ser otimizada; ele disse que recebeu um e-mail para responder a pesquisa de satisfação, mas que o email direcionava para a necessidade de logar no sistema, então a avaliação não foi feita; o Secretário sugeriu ainda que seja verificada a possibilidade de fazer a avaliação no próprio e-mail
 - o Secretário de Gestão de Pessoas, Jorge Gaidarji, questionou quais medidas são tomadas na STI quando é detectada queda no indicador; Luciana respondeu que o CETI realiza reuniões a cada 15 dias para avaliar os chamados, mapear as situações ocorridas e o que pode fazer para melhorar
- KR 2.1 - execução do plano de transformação digital: proposta para apresentação trimestral ao CETI (hoje está semestral); CDTI deliberou pela aprovação desse ajuste
 - KR 3.1 - taxa de execução do PAC de TIC: indicador chegou a pouco mais da metade da meta devido a cursos auto-instrucionais e do CNJ que não foram realizados ainda; os cursos que dependem de contratações já foram encaminhados; Fabiana informou que foi realizada reunião do CETI no dia anterior e que foi solicitado aos gestores que reforcem com os servidores a importância de realizar os eventos previstos no PAC ainda no 1º semestre
 - KR 4.1 - iniciativas realizadas em colaboração com outros órgãos: Fabiana comentou que é muito difícil medir esse indicador, pois é preciso mensurar a quantidade total dos itens a serem computados
 - o coordenador da COPEG, Marcelo Machado, sugeriu ajustar o indicador para que, ao invés de calcular o percentual de ações, faça a contabilização por unidade, ou seja, que seja definida uma quantidade X de itens a serem realizados colaborativamente no período em análise; Fabiana informou que irá anotar a sugestão e que o CDTI poderá deliberar sobre a mudança quando for proposto novo glossário
 - KR 4.2 - nº de iniciativas publicadas no Connect-Jus: a meta estabelece a publicação de 2 iniciativas por trimestre, mas não foi feita qualquer publicação; Luciana relatou que alguns tribunais estão publicando questões administrativas/operacionais; Fabiana comentou que o Connect-jus é uma plataforma para publicar iniciativas de interesse de todos os outros órgãos do Judiciário e que o CNJ cobra a publicação de 2 iniciativas por semestre, o que é menos do que a meta estabelecida pelo TRE
 - KR 6.1 - índice de contratações realizadas conforme planejamento: Fabiana lembrou que o objetivo desse item é aferir se os itens previstos para ser entregues no mês conseguiram ser concluídos; até o momento, os valores superaram a meta estabelecida (60%), mas Fabiana sugeriu manter nesse percentual porque a partir de abril se iniciou a fase de

elaboração de ETPs/TRs e essa fase apresenta potencial maior de atraso; CDTI concordou com a manutenção da meta de 60%

- KR 8.1 - disponibilidade de serviços essenciais de TIC: Fabiana informou que esse indicador ainda não está sendo medido, pois não foram definidos os serviços essenciais; na descrição e fórmula do indicador, está indicado que devem ser avaliados os serviços/sistemas críticos
 - atualmente, há muitos sistemas classificados como críticos, os quais podem não ser essenciais, por isso a questão precisou ser apresentada ao CDTI; para saber se um sistema é essencial, deve-se avaliar o que acontece se um sistema deixa de funcionar
 - Luciana comparou com a situação da pandemia, em que alguns serviços foram considerados essenciais, portanto, não poderiam ser paralisados
 - Fabiana comentou que não é possível monitorar sistemas que não estão hospedados na infraestrutura do TRE
 - Marcelo Machado observou que esse indicador já era utilizado pelo CNJ há muito tempo e nunca foi medido no TRE pela dificuldade em eleger os sistemas essenciais; o coordenador da COPEG sugeriu ainda que sejam escolhidos em torno de 3 ou 4 sistemas/serviços para realizar a medição
 - Fabiana comentou que essa alternativa é viável que o CETI irá analisar o portfólio de sistemas de TI para apresentar uma proposta em reunião futura do CDTI
- KR 8.2 - percentual de atendimentos encerrados com SLA cumprido: Fabiana observou que esse KR é fundamental, pois concede 3,09 pontos no iGovTIC-JUD; o índice de 2023 é superior a 95%, ou seja, atende o CNJ, entretanto, em 2024 está em 94,74 até março; esse indicador deve ser avaliado mensalmente para permitir ajustes antes do final do exercício e manutenção do percentual maior ou igual a 95%
 - Sérgio Roberto perguntou se foi o TRE ou o CNJ quem estabeleceu a meta de 95% e Fabiana indicou que foi o CNJ (o índice é citado no questionário iGovTIC-JUD)
 - Luciana lembrou que é necessário que as unidades abram chamado para que esse índice e outros relacionados à Central de Serviços sejam medidos
 - aproveitando a oportunidade, Marcelo Machado comentou que teve um problema com acesso ao e-mail quando retornou das férias e, por essa razão, abriu chamado na central; enquanto aguardava o contato da equipe, o servidor fez algumas configurações no celular e conseguiu voltar a acessar seu email institucional; ao verificar o chamado, viu que estava solucionado e que citava alguma questão de contato por e-mail
- KR 8.3 - índice de acessibilidade do sítio do TRE/MS: atendeu a meta
- KR 8.4 - índice de utilização da metodologia de desenvolvimento de sistemas: atendeu a meta
- KR 8.5 - índice de demandas atendidas: ultrapassou a meta
- o KR 9.1 só será medido após cada turno eleitoral.

Plano de Ação iGovTIC-JUD 2024

- Fabiana informou que as unidades impactadas foram consultadas acerca das atividades e prazos descritos
- em seguida, apresentou um resumo do plano
 - o plano tem previsão de ações que devem ser realizadas anualmente
 - as datas foram previstas conforme calendário iGovTIC-JUD 2023 (questionário foi respondido na 1ª quinzena de agosto em 2023)
 - passível de revisão após disponibilização simulador iGovTIC-JUD 2024
 - a servidora explicou ainda como é a execução do plano: O NTI consulta com frequência o documento e encaminha os processos necessários e/ou alerta as unidades responsáveis
 - situação já levantada: diminuição no % de avaliação da Central de Serviços, o que irá fazer com que diminua a pontuação nesse item caso os critérios do iGov permaneçam os mesmos
 - principais ações: revisão das competências, processos de trabalho e protocolos de segurança da informação
- dando continuidade, a servidora apresentou a planilha com as ações, prazos e comentários das unidades consultadas, destacando que o uso da ferramenta colaborativa agilizou a consulta e o retorno das informações por parte das unidades; Fabiana mostrou ainda a atividade que impacta diretamente o CDTI: Atividade 04 - reuniões CDTI
- não havendo comentários ou observações, o plano foi aprovado pelo CDTI e será formalizado em processo SEI.

Portfólio de projetos da STI

- Fabiana iniciou esse tópico informando a quantidade de projetos aguardando início e em execução, além de destacar que os projetos podem ser do tipo de desenvolvimento de sistemas, implantação de sistemas ou soluções de infraestrutura
- a servidora comentou também sobre a metodologia de gerenciamento do portfólio, a qual estabelece que cada projeto recebe um valor de priorização de acordo com critérios técnicos e que, assim que a equipe responsável conclui um projeto, inicia o projeto de mesmo tipo que está com maior priorização técnica
- excepcionalmente, ocorrem situação que demandam a necessidade de iniciar projeto diferente daquele definido com maior prioridade e que agora ocorreu tal situação
- Fabiana informou que a Resol. 821/2024 TRE/MS estabeleceu que a STI atue de forma prioritária no desenvolvimento do sistema para atender às novas regras do suprimento
- a equipe de desenvolvimento é composta por 3 servidores e cada um está atuando em 1 projeto específico, além de outras atividades da unidade; após conclusão dos projetos, é necessário ainda realizar adaptações no sistema LOG_E e na ferramenta de caderno de votação

- assim, para iniciar qualquer novo projeto de desenvolvimento, faz-se necessário concluir os projetos em desenvolvimento e as adaptações citadas
- o novo sistema de suprimento de fundos obteve priorização 51, o que o torna o projeto de desenvolvimento com maior prioridade técnica entre os que estão aguardando início, portanto, poderá ser iniciado após a conclusão das atividades citadas anteriormente
- Fabiana lembrou que alguns projetos do portfólio estão incluídos no PTD - Plano de Transformação Digital e que o CDTI estabeleceu o cronograma de execução dos projetos; a execução do projeto do novo sistema de suprimento irá impactar os prazos definidos para tais projetos
- assim, será necessário alterar o cronograma abaixo, caso o CDTI concorde com a mudança na ordem de execução dos projetos de desenvolvimento:

P2022014	Divulgação e publicidade de licitações	jul a dez/2024
P2022012	Controle de execução Plano de Contratações	jan a jul/2025
P2022017	Controle de prazos de entrega de materiais	jul a dez/2025

- Sérgio Roberto comentou que as propostas que já estavam aguardando início são todas da SAF também e que se referem a ações para melhoria dos processos de trabalho vinculados; no caso do suprimento de fundos, o sistema atualmente em uso não consegue ser adaptado para incluir as novas regras aprovadas pela Resol. 821/2024, tais como a possibilidade de concessão de suprimento para aquisição de material permanente ou questões que envolvem o acompanhamento de fracionamento de despesas; a movimentação do serviço de suprimento está deficiente e, por essa razão, o Secretário da SAF entende que esse projeto deve ser o próximo projeto de desenvolvimento a ser iniciado
- Luciana comentou que a análise da ordem de execução dos projetos é uma atividade comum, pois há situações que trazem fatos novos; a Secretária lembrou de uma questão trazida pela CRE em ocasião anterior, que solicitou a antecipação da execução de um projeto; assim, foi feita a repriorização
- Sérgio Roberto aproveitou a oportunidade para sugerir que o sistema LOG_E armazene o nº da unidade consumidora de energia elétrica, pois essa informação é fundamental no dia da eleição; o TRE recebe informação sobre queda de energia de um local de votação/apuração e precisa desse nº para acionar a concessionária de energia elétrica
- Luciana comentou que esse levantamento pode ser feito por ocasião da 2ª vistoria aos locais de votação e sugeriu que a SAF oriente os cartórios a buscar essas informações no período
- o Secretário da SAF questionou se o LOG_E permite lançar um local de votação como aldeia indígena, pois essa informação é necessária para o plano de segurança; Luciana informou que essa indicação é feita no ELO e que o cartório precisa atualizar

- concluídos os apontamentos, o CDTI deliberou por unanimidade para ratificar que o novo sistema de suprimento de fundos seja o primeiro na fila de projetos de desenvolvimento; o PTD deverá ser revisado para que o cronograma de execução dos projetos de desenvolvimento reflita essa decisão.

Conclusão

- finalizada a exposição dos assuntos da pauta, Fabiana agradeceu e lembrou que a próxima reunião do CDTI será realizada no dia 23/05
- Marcelo Machado aproveitou a ocasião para relatar a todos os presentes acerca da situação do pedido de crédito suplementar feito ao TSE em março:
 - o coordenador indicou que o pedido feito incluiu itens como: necessidades da STI, ampliação do plenário, aquisição de carro blindado; o TSE concedeu a verba de custeio solicitada, mas não a de investimento
 - essa decisão foi tomada pela Administração atual do TSE, por entender que o momento não é oportuno porque poderia deixar o orçamento de investimento da corte superior comprometido; não obstante, Marcelo indicou que há probabilidade de que a situação seja revertida nos próximos meses, pois historicamente os regionais costumam devolver recursos ao TSE no final do exercício
 - por essa razão, o direcionamento é que as unidades continuem com seus processos licitatórios para que, sendo liberado o recurso, os processos sejam concluídos
- Luciana agradeceu a participação dos representantes das áreas estratégicas, comentando que a reunião foi muito produtiva
- em seguida, o Diretor-Geral agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

A apresentação que serviu de guia para a reunião está registrada neste processo sob evento nº 1626757.

Próximos passos

- Próxima reunião CDTIC
 - Quando: **23-05-2024 às 14h**



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO DE FREITAS MACHADO, Coordenador(a)**, em 29/04/2024, às 13:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HARDY WALDSCHMIDT, Diretor(a)-Geral**, em 29/04/2024, às 13:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SÉRGIO ROBERTO DA SILVA, Secretário(a)**, em 29/04/2024, às 14:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JORGE GAIDARJI DA COSTA, Secretário(a)**, em 29/04/2024, às 14:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **TATIANA QUEVEDO DE SOUZA RODRIGUES, Secretário(a)**, em 29/04/2024, às 14:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRESSA ABEL DA SILVA, Coordenador(a)**, em 29/04/2024, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FABIANA SALIBA PEREIRA RAMALHO, Analista Judiciário**, em 29/04/2024, às 17:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA JUCINEIRE VIEIRA DE AGUIAR, Secretário(a)**, em 30/04/2024, às 16:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1626753** e o código CRC **CC27D513**.

